



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

40.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

MINISTERIO DE FINAÇAS E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
E

MINISTERIO DE PLANO E
DESENVOLVIMENTO

Despacho Conjunto Nº 50/2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E REFORMA
DO ESTADO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 61/2011.

MINISTERIO DE FINANÇAS E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

E
MINISTERIO DE PLANO E
DESENVOLVIMENTO

Despacho Conjunto Nº 50/2011

Considerando o disposto no Decreto-Lei nº 28/98, que aprova as tabelas de emolumentos e taxas de reembolso dos diversos serviços da Administração Central do Estado.

Tornando-se necessário a actualização da referida legislação com vista a responder aos desafios futuros em cumprimento do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 28/98;

Considerando a crescente dinâmica do sector, traduzida no aumento de solicitação de licenças e alvarás para exercício das actividades turísticas e a dificuldade decorrente dos custos para a emissão das licenças e a realização de outros actos administrativos conexos;

Considerando as actividades a serem excluídas do processo de licenciamento de modo a melhorar o ambiente de negócio no país;

Considerando ainda a inexistência de uma tabela de taxas actualizada, com valores adequados aos custos actuais,

No uso das competências que lhes são atribuídas por lei, os Ministros das Finanças e Cooperação Internacional e do Plano e Desenvolvimento determinam o seguinte:

Artigo 1.º
Objecto

É aprovada a Tabela Geral de Taxas a cobrar pela emissão de licenças, alvarás e títulos afins para a prestação de actividades no sector do turismo, em anexo ao presente despacho conjunto que constitui parte integrante do mesmo.

Artigo 2.º
Âmbito de Aplicação

1. A tabela constante no presente despacho conjunto aplica-se a todos os actos praticados pela Direcção Geral de Turismo e Hoteleira, destinados à emissão e renovação de licenças e alvarás para o exercício das actividades turísticas.

2. As taxas previstas no anexo ao presente despacho aplicam-se a todas entidades privadas, independentemente da natureza jurídica ou finalidade da mesma, desde que a actividade preconizada seja exercida fisicamente no território da RDSTP, por via electrónica ou qualquer outra forma de contratação a distância.

3. São excluídas do âmbito de aplicação do presente despacho as actividades retiradas por lei do processo de licenciamento directo da Direcção Geral de Turismo e Hoteleira com vista a melhorar o ambiente de negócios no país.

Artigo 3.º
Actualização do Valor das Taxas

A tabela será actualizada automaticamente em função do câmbio médio do dólar dos Estados Unidos da América, do ano imediatamente anterior ao ano que disser respeito, de acordo com o Boletim Cambial do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Artigo 4.º
Multas

As entidades que não cumprirem com o pagamento das referidas taxas, acarretarão com uma multa no valor correspondente a 20 % do valor inicial do processo de licenciamento por cada ano de atraso.

Artigo 5.º
Entrada em Vigor

O presente Despacho Conjunto entra em vigor e cessará a sua vigência com a aprovação da nova tabela de taxas, aplicáveis nos termos do novo regime jurídico do sector turístico.

Feito em São Tomé, aos 08 de Agosto de 2011. O Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, *Américo de Oliveira dos Ramos*; O Ministro do Plano e Desenvolvimento, *Agostinho Quaresma dos Santos Afonso Fernandes*.

Tabela de Preços de Alvarás dos Empreendimentos Turísticos

Grupo	Denominação	Alvarás	2ª Via (50%)	Revalidação (25%)	Vistoria (15%)	Mudança de Nome
Grupo 1 Hotéis	Hotéis 5*	13.943.750,00	6.971.875,00	3.485.937,50	2.091.569,50	1.000.000,00
	Hotéis 4*	11.155.000,00	5.577.500,00	2.788.750,00	1.673.250,00	1.000.000,00
	Hotéis 3*	8.924.000,00	4.462.000,00	2.231.000,00	1.338.600,00	1.000.000,00
	Hotéis 2*	7.139.200,00	3.569.600,00	1.784.800,00	1.070.880,00	1.000.000,00
Grupo 2 Complexos Turísticos	5 *****	25.000.000,00	12.500.000,00	6.250.000,00	3.750.000,00	1.000.000,00
	4 ****	20.000.000,00	10.000.000,00	5.000.000,00	3.000.000,00	1.000.000,00
Grupo 3 Pensões	1ª Categoria	4.687.500,00	2.343.750,00	1.171.875,00	703.125,00	1.000.000,00
	2ª Categoria	3.750.000,00	1.875.000,00	937.500,00	562.500,00	1.000.000,00
	3ª Categoria	3.000.000,00	1.500.000,00	750.000,00	450.000,00	1.000.000,00
Grupo 4 Residenciais	1ª Categoria	6.620.000,00	3.310.000,00	1.655.000,00	993.000,00	1.000.000,00
	2ª Categoria	5.296.000,00	2.648.000,00	1.324.000,00	794.400,00	1.000.000,00
Grupo 5 Moradias Turísticas	1ª Categoria	3.750.000,00	1.875.000,00	937.500,00	562.500,00	1.000.000,00
	2ª Categoria	3.000.000,00	1.500.000,00	750.000,00	450.000,00	1.000.000,00
Grupo 6 Casas das Roças	4 ****	7.812.500,00	3.906.250,00	1.953.125,00	1.171.875,00	1.000.000,00
	3 ***	6.250.000,00	3.125.000,00	1.562.500,00	937.500,00	1.000.000,00
	2 **	5.000.000,00	2.500.000,00	1.250.000,00	750.000,00	1.000.000,00
Grupo 7 Pousada	Pousada	7.000.000,00	3.500.000,00	1.750.000,00	1.050.000,00	1.000.000,00
Grupo 8 Aldeamento Turístico	Aldeamento Turístico	15.000.000,00	7.500.000,00	3.750.000,00	2.250.000,00	1.000.000,00

Tabela de Preços de Alvarás dos Restaurantes e Similares

Grupo	Denominação	Alvarás	2ª Via (50%)	Revalidação (25%)	Vistoria (15%)	Mudança de Nome
Grupo 1 Restaurante	De 1ª classe	8.275.000,00	4.137.500,00	2.068.750,00	1.241.250,00	1.000.000,00
	De 2ª classe	6.620.000,00	3.310.000,00	1.655.000,00	993.000,00	1.000.000,00
	De 3ª classe	5.296.000,00	2.648.000,00	1.324.000,00	794.400,00	1.000.000,00
Grupo 2 Bares	Bares de 1ª classe	6.200.000,00	3.100.000,00	1.550.000,00	930.000,00	1.000.000,00
	Bares de 2ª classe	4.960.000,00	2.480.000,00	1.240.000,00	744.000,00	1.000.000,00
	Bares de 3ª classe	3.968.000,00	1.984.000,00	992.000,00	595.200,00	1.000.000,00
Grupo 3 Outros serviços de Alimentação e Bebidas	Café	3.968.000,00	1.984.000,00	992.000,00	595.200,00	1.000.000,00
	Esplanada	3.968.000,00	1.984.000,00	992.000,00	595.200,00	1.000.000,00
	Pastelaria	3.968.000,00	1.984.000,00	992.000,00	595.200,00	1.000.000,00
	Snack-bar	3.968.000,00	1.984.000,00	992.000,00	595.200,00	1.000.000,00
	Casa de Gelado	3.968.000,00	1.984.000,00	992.000,00	595.200,00	1.000.000,00

Tabela de Preços de Alvarás dos Jogos e Lazer

Grupo	Denominação	Alvarás	2º Via (50%)	Revalidação (25%)	Vistoria (15%)	Mudança de Nome
Grupo 1	Jogos de fortuna e Azar	25.000.000,00	12.500.000,00	6.250.000,00	3.750.000,00	1.000.000,00
Sala de Jogos						
Grupo 2	Night-Club	6.200.000,00	3.100.000,00	1.550.000,00	930.000,00	1.000.000,00
Salas de Dança	Discoteca de 1ª classe	6.200.000,00	3.100.000,00	1.550.000,00	930.000,00	1.000.000,00
	Discoteca de 2ª classe	4.960.000,00	2.480.000,00	1.240.000,00	744.000,00	1.000.000,00
	Discoteca de 3ª classe	3.968.000,00	1.984.000,00	992.000,00	595.200,00	1.000.000,00
	Dancing	3.968.000,00	1.984.000,00	992.000,00	595.200,00	1.000.000,00
	Cabaret	10.000.000,00	5.000.000,00	2.500.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00
	Fundão	3.968.000,00	1.984.000,00	992.000,00	595.200,00	1.000.000,00

Tabela de Preços de Licenças

Grupo	Denominação	Licença	2º VIA (50%)	Revalidação (25%)	Vistoria (15%)	Mudança de Nome
Grupo 1	Petisqueira	2.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00	300.000,00	500.000,00
Restaurantes e Salas de Jantar	Quiosque	1.472.000,00	736.000,00	368.000,00	220.800,00	500.000,00

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E REFORMA DO ESTADO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 61/2011

No âmbito da competência reservada ao Ministério da Justiça no que concerne à atribuição da nacionalidade São-tomense aos interessados que dele solicitarem, e que, preencham os requisitos a que alude o artigo 5.º da Lei n.º 6/90, de 11 de Setembro, Lei da Nacionalidade, conjugados com o Decreto-Lei 16/91, Regulamento de Nacionalidade, somos do seguinte despacho:

Tendo em conta que, para atribuição da nacionalidade originária, são considerados São-tomenses, os que preencham os requisitos previsto no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 6, de 11 de Setembro de 1990, Lei da Nacionalidade, e para o caso em análise a alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do supracitado diploma, que estabelece o seguinte:

1. São São-tomenses de origem:

c) Os filhos de pai ou mãe São-tomense nascidos no estrangeiro, se declararem que querem ser São-tomense;

Desta foram, verificado na totalidade o requisito acima transcrito e, certo de que o requerente cumpriu o preceituado, tanto na actual Constituição Política como no Decreto-Lei que regulamenta a matéria em questão, nomeadamente as alíneas a),

c), e d) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 16, de 11 de Fevereiro de 1991.

Tendo a requerente, Miriamjanet da Silva Ramos, solteira, maior, nascida no dia 14 de Dezembro de 1980, natural de Conceição-S. Tomé, residente em Bairro Dolores, Distrito de Água Grande, portador do Bilhete de Identidade n.º 78454, passado pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de São Tomé, em 3 de Fevereiro de 2011, filha de José dos Ramos e de Ernilinda Andrade da Silva, requerido a nacionalidade Santomense para o seu filho Eric Jamir dos Ramos Soares, menor, nascido no dia 8 de Junho de 2010, em Alto do Seixalinho, Portugal, filho da requerente e do Jair Conceição Silva Soares, ao abrigo do disposto nos números 1 e 2 do artigo 3.º da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, conjugados com a alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º, da Lei n.º 6/90, de 11 de Setembro, Lei da Nacionalidade.

Nestes termos,

O Ministro da Justiça e Reforma do Estado, no uso das faculdades que lhe são conferidas pela Constituição, determina o seguinte:

Artigo 1.º

É concedida a nacionalidade Santomense, pela origem a Eric Jamir dos Ramos Soares, e autorizada a transcrição do respectivo assento.

Gabinete do Ministro em São Tomé, aos 14 de Dezembro de 2011.- O Ministro Dr. Elísio d'Alva Teixeira.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

AVISO

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça, Administração Pública, Reforma do Estado e Assuntos Parlamentares – Telefone: 2225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: dir-reprografia@hotmail.com São Tomé e Príncipe. - S. Tomé.

